

Desigualdade racial na atuação das polícias precisa de mais pesquisas

Produção acadêmica sobre o tema contrasta com o vasto material já publicado sobre a história da segregação racial. Agora seria um bom momento para aprofundar a questão

Martim Cabeleira de Moraes Jr
23 de junho de 2020

THENEWS2/FOLHAPRESS



Manifestantes são detidos pela PM em São Paulo durante protestos contra o racismo

Desde os anos 1950, é possível manter contato com acontecimentos envolvendo questões raciais nos Estados Unidos, fato que ganhou mais nitidez agora por conta da ampliação dos meios de comunicação social, que nos permitem acompanhar alguns casos até em tempo real. O amplo rol de denúncias de casos de violência extrema contra negros ao longo da história americana ganhou recentemente mais um capítulo com a morte de George Floyd, perpetrada de forma cruel por um policial de Minneapolis.

De um lado, foram muito explorados o comportamento anterior, tanto do policial que matou Floyd por asfixia após permanecer com o joelho pressionando seu pescoço, ignorando seus pedidos para que parasse porque não conseguia respirar, quanto a tradição de violência institucional da polícia local. De outro lado, alguns oportunistas de plantão passaram a explorar as ocorrências policiais em que Floyd teria sido autor de delitos em anos passados. O episódio culminou com diversas e violentas manifestações contra o racismo e outras formas de opressão baseada em questões raciais e étnicas não só nos Estados Unidos, mas também em outras partes do mundo.

(Em meio a esse cenário, é oportuno sempre lembrar que o atual presidente americano Donald Trump é conhecido por um discurso segregacionista que, inclusive, mantém a ideia de construir (pasmem) um muro separando seu país do México.)

A violência nas instituições policiais e as formas de discriminação, violência simbólica e física contra negros nas polícias brasileiras são objeto de estudos de alguns pesquisadores (Albuquerque (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais andamento pela PUCRS, Nobre (2010) [1] e Araújo (2008) [2]), mas infelizmente ainda são poucos no Brasil.

Em outros lugares do mundo, entre eles os Estados Unidos, o assunto já vem sendo tratado há um bom tempo, em que se destacam os estudos de Bayley (2001) [3] e Skolnick e Bayley (2001) [4]. Dessa forma, podemos afirmar que referencial teórico com evidências históricas, empíricas e dados não faltam para problematizar a questão, muito embora se careça de um aprofundamento teórico no sentido de uma teoria latino-americana de polícia e criminalidade.

No caso brasileiro (pasmem novamente), embora vários casos de violência institucional estatal possam ser destacados desde o Brasil Império até os dias turbulentos do século XXI, manifestações contra o racismo nas polícias limitaram-se a seguir a onda mundial de protestos do caso Floyd. Sobre as raízes históricas, sociais, políticas e econômicas da segregação racial no Brasil também não é preciso ir muito longe, eis que é farta (e contraditória) a bibliografia produzida.

A atualidade do tema, pouco discutida no meio acadêmico em comparação com outros espaços de reflexão, foi percebida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou o período de 2015 a 2024 como "A Década Internacional de Afrodescendentes". Em meio a isso, a ONU orientou a observação de três eixos fundamentais para lidar com a questão: o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento. Segundo a entidade, esses três eixos que discutem a situação atual dos afrodescendentes ao redor do mundo são centrais para o desenvolvimento mundial. Ocorre que, desde a declaração da ONU, que estimulou ações antirracistas pelo mundo, muito pouco se tem avançado em legislação mundial ou local, relatos de casos, tentativa de resolução mais efetiva, etc.

Nesse sentido, seria importante refletirmos sobre alguns tópicos que nos atingem diariamente e estão interligados a essa discussão, entre eles:

- Estamos, enquanto sociedade, estimulados a agir quando o extremo da morte acontece, em detrimento de ações pela qualidade de vida das populações afrodescendentes;
- A política da prevenção é preterida em relação à política da repressão pelo uso da força;
- As questões de segurança pública são transformadas em questões ligadas mais ao crime e à criminalidade do que aos conceitos de segurança humana e qualidade de vida em sociedade;
- A vida em segregação tem sido muito mais estimulada do que a solidariedade humana, veja-se isso nos condomínios fechados, políticas de mais prisões, medo institucionalizado, etc.

A lista de dicotomias poderia continuar, mas sempre no mesmo sentido. Professor Adolar Koch (pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)) ensinava que os estudos para paz não atraem tanto quanto os estudos sobre violência. A proposta que se impõe agora é a de mobilizar encontros (seminários, simpósios, congressos, etc.) promovidos por instituições públicas e/ou privadas para discutir, entre outros temas, a violência racial nas instituições policiais, a partir das considerações da Declaração da ONU sobre a Década Internacional de Afrodescendentes. Esses encontros poderiam ocorrer localmente, depois nacionalmente, e enfim no continente, entre 2021 e 2024, quando seria formulado um documento formal com as conclusões de cada encontro para ONU, propondo a adoção de medidas e ações em âmbito mundial.

Essas ações impulsionadas seriam pelo ideal da filosofia africana de Ubuntu, que destaca que só nos reconhecemos enquanto seres humanos através dos outros seres humanos.

[1] NOBRE, Carlos. *O negro na Polícia Militar: cor, crime e carreira no Rio de Janeiro*. Multifoco. Rio de Janeiro, 2010.

[2] DE ARAÚJO, M. *Mobilidade Social, Multiculturalismo ou Discriminação na Polícia Militar*. Brasília: Fortium, 2008.

[3] BAYLEY, D.H.; SKOLNICK, J.H. *Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2001.

[4] BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento*. Tradução René Alexandre Belmonte. Coletânea Polícia e Sociedade. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Martim Cabeleira de Moraes Jr

Tenente-Coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Professor de Direito da Faculdade Mário Quintana (FAMAQUI) e associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7fxx-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-bf46x-m32jk>



